

# Perseverança

**T**ão obscuro quanto importante, o termo superávit primário tem quase que monopolizado o debate econômico desde o início do governo Lula. Como o assunto foi demonizado por parte do PT e o termo, no discurso ideológico, tornou-se símbolo do Fundo Monetário Internacional, há grande incompreensão sobre ele.

Há até quem proponha a simples e unilateral redução do superávit de 4,25% do PIB, como se aí estivesse a chave mágica para deflagrar o crescimento da economia. Na verdade, esse ato voluntarista poderia desestabilizar a estrutura de financiamento do déficit público e o crédito externo, de consequências catastróficas para o setor real da economia.

O Brasil não inova ao perseguir metas de superávit primário (receita menos despesa, deduzidos os juros da dívida interna). Esta é

a única maneira saudável, junto com o crescimento do PIB, de se manter a dívida interna sob controle e infundir confiança nos parceiros financeiros e comerciais do país. E também nos detentores de poupança no país, sem o que não há investimento produtivo.

Mesmo que o superávit não pague toda a conta dos juros da dívida interna, ele é importante fator de estabilização da própria dívida. É por isso que a meta de 4,25% do PIB será mantida, mesmo depois de expirar o atual acordo com o FMI.

É simples questão de aritmética. A Itália adotou a política em 1990, diante de uma dívida que atingiu 135% do PIB, e essa relação começou a cair em 1997. Na Bélgica, os resultados surgiram também em sete anos. Aqui, há sinais de que o índice estancou na faixa dos 57% do PIB. Não há atitude melhor do que perseverar.

## OUTRA OPINIÃO

# Metas irreais

SÉRGIO COSTA

**S**egundo dados do próprio governo, o superávit primário entre os meses de janeiro e junho foi de R\$ 46,183 bilhões — ou seja, muito superior aos R\$ 32,600 bilhões impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Porém, esse número não representa na prática uma vitória do país, muito pelo contrário. Para que este número fosse alcançado, o Brasil deixou de investir em infra-estrutura, saúde, educação, saneamento, enfim, em tudo o que é prioritário para que um país possa se desenvolver.

O governo tem R\$ 12,544 bilhões disponíveis para efetuar investimentos no ano de 2004, porém, até o momento, utilizou apenas 5,57% desse total.

Por exemplo, o Ministério dos Transportes usou somente R\$ 20,215 milhões de um total disponível de R\$ 2,382 bilhões ao ano. O Ministério da Saúde, por sua vez, aplicou em projetos só R\$ 159,9 milhões de um total de R\$ 2,596 bilhões.

Esses são os contra-sensos do Brasil. Para crescermos, necessitamos de infra-estrutura, mas, mesmo com dinheiro em caixa, o governo prioriza o superávit além dos valores que o próprio FMI deseja.

É preciso repensar o modelo econômico brasileiro, porque um país não pode crescer sem rodo-

vias em bom estado, ferrovias bem estruturadas, portos eficientes, indústrias competitivas, saúde para seus cidadãos, saneamento básico, segurança para a sua população.

O governo se esqueceu de tudo isso em detrimento de metas internacionais que somente trazem retrocesso econômico.

As pessoas físicas e jurídicas desembolsaram R\$ 155,875 bilhões em tributos no primeiro semestre. Houve um aumento na arrecadação de 8,81% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Os valores citados demonstram que ocorreu aumento da carga tributária, e por conseguinte houve uma redução da renda do trabalhador e dos lucros das empresas.

Ou, ainda, caso não tenha ocorrido nenhuma das hipóteses anteriores, ocorreu um aumento da inflação

além dos índices divulgados pelo governo, uma vez que as empresas aumentam seus preços, na maioria dos setores, em razão da elevação da carga tributária.

É de fundamental importância rever tais metas, para que seja privilegiado o crescimento econômico e não apenas o pagamento de juros.

Os cidadãos e as empresas não podem ser sacrificados em razão do cumprimento de metas irreais.

SÉRGIO COSTA é advogado e economista.

O dinheiro do  
superávit é  
subtraído de  
investimentos  
importantes